

HISTORIA MAGISTRA VITAE: OS LETRADOS DO IMPÉRIO E A HISTÓRIA NACIONAL¹

Katerine Iraci de Brito Sobrinha²
Lucia Ricotta Vilela Pinto³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir as relações que se estabeleceram entre a escrita da história nacional e a escrita biográfica no Brasil do século XIX. Ao buscar rastrear as possíveis referências dos letrados oitocentistas redefine-se, aqui, o problema da apropriação que estes homens de letras fizeram da *tradição*, uma vez que nomes como Cícero e Plutarco apareciam como parâmetro da produção letrada quando da constituição de um saber histórico sobre a pátria. Mira-se, portanto, neste trabalho, a possibilidade de articular os dois elementos – história e biografia –, que, juntos, conformam-se às demandas dos letrados oitocentistas na escrita da história nacional.

Palavras-chave: história, biografia, instituto histórico e geográfico brasileiro.

Uma das principais propostas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mantido inicialmente pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), era a centralização de importantes documentos espalhados pelas províncias do Império, servindo como uma espécie de prontuário disponível aos homens de letras membros daquela instituição. “Composto de homens os mais conspícuos por suas letras e suas virtudes”, o IHGB foi fundado por uma pequena elite vinculada à monarquia. Os membros, homens letrados, no sentido lato do termo, eram em sua maioria administradores, burocratas, coronéis, generais, marechais, cônegos, poetas que, juntos, formavam a elite letrada imperial empenhada na formulação e constituição de um saber

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado *O Visconde de Taunay: Memórias, Letras e Armas no Segundo Império*, defendida em dezembro de 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob orientação da Profa. Dra. Lucia Ricotta Vilela Pinto.

² Doutoranda em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas-SP. E-mail: kate_brito@hotmail.com

³ É professora do curso de Letras do Centro de Letras e Artes da UNIRIO e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UNIFESP (PPGLETRAS). Doutora em História Social da Cultura pela PUC-RIO. E-mail: luciavilelapinto@gmail.com

histórico e geográfico sobre o Brasil. Por meio dos financiamentos, dos incentivos, ou ainda de sua participação efetiva nas reuniões do IHGB, sobretudo a partir de 1840, sediadas então no Paço Imperial, a instituição monárquica compreendeu a manutenção de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como uma possibilidade de fortalecimento e centralização política do Império.

É nesse sentido que fundamentar as bases da sua corte investindo na produção letrada, como uma espécie de mecenas, levando às províncias o modelo de cultura e civilização, afigurou-se à corte carioca como uma importante estratégia política com vistas à estabilização do poder central da monarquia. O IHGB era, portanto, a sede dessa elite letrada imperial que procurava dirigir o país nos domínios intelectual, político e administrativo, revelando assim as suas pretensões em manter correspondência com instituições semelhantes, nacionais ou internacionais, ao buscar “constituir-se numa central, na capital do Império, que, incentivando a criação de institutos históricos provinciais, canalizasse de volta para o Rio de Janeiro as informações sobre as diferentes regiões do Brasil” (GUIMARÃES, 1988, p. 8).

Há, também, outro empreendimento levado a cabo pelos fundadores do IHGB, e que participa diretamente da proposta inicial acima sumarizada, que é a produção de uma revista trimestral em que se publicassem alguns desses documentos coletados e, dentre outras coisas, em que se pudesse também escrever a biografia dos homens ilustres que ajudaram a fundamentar os alicerces da pátria. Tudo isso está posto no discurso de fundação do Instituto, formulado por um de seus principais idealizadores e então primeiro secretário adjunto, o cônego Januário da Cunha Barbosa, no dia 25 de novembro de 1838, cujo teor gira em torno da preocupação em mostrar às “nações cultas”, que por meio desta “literária associação” – o IHGB – os homens de letras, ali denominados brasileiros, também prezam a “glória da nação”, ao concentrar os seus esforços na compilação dos diversos documentos da história e geografia da pátria, para que pudessem ser oferecidos ao “conhecimento do mundo”, livres de erros e inexatidões (BARBOSA, 1839, p. 13).

Januário da Cunha Barbosa toma, então, Cícero como autoridade da matéria histórica a ser pensada enquanto “testemunha dos tempos”, “luz da verdade” e “escola da vida” para justificar a importância da fundação de um instituto que com ela se ocupasse, uma vez que essa “judiciosa doutrina”, a história, deve se preocupar, antes de

qualquer coisa, em eternizar os fatos memoráveis da pátria, “salvando-os da voragem dos tempos”, estando ainda a serviço daqueles que recorrem à experiência passada dos antigos para aprender a bem agir no presente. Desta forma, Januário da Cunha Barbosa assinala então a dupla mirada que deve nortear os trabalhos do Instituto: primeiro, a de “salvar da indigna obscuridade em que jaziam” as memórias da pátria e os feitos memoráveis que devem compor a sua história; segundo, a fixação na memória da coletividade do nome de seus “melhores filhos” que colaboraram para “a marcha da nossa civilização” (BARBOSA, 1839, p. 14).

A organização dos documentos para a posterior escrita de uma “história geral brasileira”, deixada a cargo dos letrados reunidos sob o nome do Instituto, é, para o cônego, mais uma mostra do “gênio fecundo e amor das letras” desses empenhados homens que se reúnem em nome do “amor da glória nacional”. É desta forma que mais do que compilar a documentação das províncias na capital do Império, o discurso do cônego se direciona no sentido de depositar nos “ilustres sócios do Instituto” a responsabilidade por escrever a vida dos grandes homens que figuraram na história da pátria, sendo este também o dever que deve nortear o trabalho daqueles que prezam pelo bem público e pela formação dos seus concidadãos:

O desejo de dar vida a beneméritos, que o nosso descuido tem deixado mortos para a glória da pátria e para a estima do mundo, já se tem apoderado de alguns dos ilustres sócios desse nosso Instituto. Uma biografia dos mais preclaros Brasileiros é tarefa, decerto, mui superior às forças de um só homem, atentas às nossas circunstâncias; mas a glória que deve resultar de uma tal empresa acende o zelo dos que a tem encetado em comunhão de trabalho, e refletirá também sobre o nosso Instituto, porque são do seu grêmio os empreendedores da desejada biografia brasileira (BARBOSA, 1839, p. 14).

O que nos chama a atenção, aqui, é a organização dos documentos interessantes a uma pretensa “história geral brasileira”, encadeada em seus acontecimentos com “esclarecido critério, com dedução filosófica, e com luz pura da verdade” em sua estreita ligação com a escrita biográfica dos homens insígnies. É esta relação que se estabelece entre as duas esferas, indício de uma prática que procura vincular o incitamento à escrita de uma “história geral do Brasil”, a ser forjada pelos “guardiões da nossa história oficial” à escrita da biografia dos “ilustres brasileiros”, colocando as duas coisas como complementares, para que só assim se realizasse integralmente, segundo o

cônego, “a doutrina de Cícero, quando chama a história testemunha dos tempos e escola da vida” (BARBOSA, 1839, p. 14).

Certos quanto ao caráter inovador do projeto, os membros do IHGB vislumbravam na reunião dos documentos espalhados pelas províncias periféricas e na união e comunicação direta entre os homens de letras a possibilidade de fundar uma história nacional. Com o fato histórico da Independência, os letrados entenderam a emergência de criar uma narrativa coesa da história do Império, mirando também a construção dos princípios do “verdadeiro patriota brasileiro”.

Em termos práticos, os documentos recolhidos pelos membros do IHGB ainda não obedeciam ao rigor metodológico da história enquanto disciplina científica, deixando clara a indissociabilidade entre o gênero histórico e outros gêneros letrados como panegíricos, elogios fúnebres, memórias, biografias, relatos de viagem, crônicas, cartas, tratados, enfim, tudo quanto pudesse engendrar as disposições e as afecções próprias para a configuração do amor e da glória nacional. Tudo isso denota, portanto, “o problema da heterogeneidade e irredutibilidade desses textos a uma categoria genérica de composição” (OLIVEIRA, 2007, p. 154). É desta forma que, ao se adaptar aos interesses dos letrados do oitocentos, o discurso histórico pressupõe elementos heterogêneos em sua composição, sobretudo em sua aproximação com o gênero biográfico. A história, enquanto arte de eternizar os feitos memoráveis da pátria, segundo os princípios delimitados pelo cônego, obedece a critérios de composição vinculados a uma tradição de gêneros letrados, isto é, a convenções, procedimentos e ornatos que retiram da “indigna obscuridade” a “verdade histórica” para que seja lida “em todos os tempos com justa admiração” (BARBOSA, 1839, p. 14).

Uma vez posto que se trata de uma atualização do antigo *topos* da *historia magistra vitae*,⁴ e aqui é preciso que se assinala a referência a Cícero feita pelo cônego no *Discurso* acima mencionado, é interessante notar a ambição dos membros do IHGB em formular o conhecimento a ser propagado e arquivado para a posteridade como um conhecimento “puro e verdadeiro”. Sendo que um dos fins desse desígnio é a ilustração

⁴ “Cícero, referindo-se a modelos helenísticos, cunhou o emprego da expressão *historia magistra vitae*. A expressão pertence ao contexto da oratória; a diferença é que, nesse caso, o orador é capaz de emprestar um sentido de imortalidade à história como instrução para a vida, de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo de experiência. (...) A tarefa principal que Cícero atribui aqui à historiografia é especialmente dirigida à prática, sobre a qual o orador exerce a sua influência. Ele se serve da história como coleção de exemplos a fim de que seja possível instruir por meio dela” (KOSELLECK, 2006, p. 43).

dos membros da pátria, nada mais natural que esperar daqueles que manuseassem o discurso histórico que fossem dignos de crédito e que estivessem, portanto, aptos a regular o mapa de ações a serem cultivadas por aqueles que recorrem à história como guia e fonte de exemplos. Para tanto, a competência em estatuir o palco das “lições úteis” à nação está na mão dos homens de letras, que não desvinculam os seus trabalhos intelectuais da responsabilidade da ação moral, mas, antes, trabalham no sentido de promover o desenvolvimento da pátria através das letras e da instrução dos seus membros, levando ao conhecimento público os modelos ilustres que fizeram “coisas dignas de serem escritas” ou escreveram “coisas dignas de serem lembradas” (BARBOSA, 1839, p. 13). É desta forma que o discurso do cônego reafirma o papel das letras como uma “honrosa estrada que podem melhor seguir aqueles dos nossos patrícios em cujos peitos palpitam corações animados pelo amor da glória literária” (BARBOSA, 1839, p. 13). Segundo o cônego, somente este “amor da glória literária” enriqueceria os seus membros de “conhecimentos interessantíssimos”, e da combinação dos ideais adquiridos via cultivo das letras nasceriam então novos conhecimentos, que além de ilustrar os cidadãos tornariam ainda mais profícuos os seus serviços em benefício da pátria.

Se a criação do IHGB tem, segundo os seus fundadores, a finalidade inicial de coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil, é importante perceber que o esforço é ainda maior porque assume tacitamente uma outra responsabilidade, uma vez que os letrados do IHGB, mais do que se preocuparem em oferecer subsídios para a escrita da história, assumem também a tarefa de reparar as fissuras de um estado fragmentado, em que o projeto de formulação dos ideais de um sistema sócio-político sólido, uno e coeso esbarra em uma sociedade escravocrata e ainda sob efeito do “triste fado que sobre nós pesara por mais de trezentos anos” (BARBOSA, 1839, p. 13). José Bonifácio assim escreve em 1813: “amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo. Como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc. etc. etc., em um corpo sólido e político” (*apud* GUIMARÃES, 1988, p. 6). É nesse sentido que a ideia de criação de um instituto histórico e geográfico guarda a finalidade de dar aos membros da nação e às outras nações ditas civilizadas uma narrativa histórica homogênea que une, via “amor da pátria e amor das letras”, as partes de uma nação “fragmentada” e “incivilizada”; e, ao colocar

ao alcance dos homens incultos os eventos mais singulares e os heróis que empreenderam grandes feitos, a história assumiria enfim a sua função pedagógica de instrução do presente através da exposição do passado.

Januário da Cunha Barbosa, no *Discurso* acima citado, propõe a utilidade imediata de uma instituição que se dedique aos estudos históricos da nação, endossando a importância que o homem de letras deve ter na garantia de uma “época gloriosa em nossa pátria” (BARBOSA, 1839, p. 13). Para tanto, o cônego faz referência ao Discurso de Recepção pronunciado na Academia Francesa, a 20 de novembro de 1828, por Amable Guillaume Prosper Brugière, o barão de Barante, na formulação do argumento segundo o qual o homem de letras é o único apto a organizar “todos esses materiais informes, incompletos, e mesclados dos prejuízos do tempo”, podendo formar a partir dos fragmentos do passado “um completo regular de fatos, purificados no crisol da crítica” (BARBOSA, 1839, p. 13).

O discurso do barão de Barante, monarquista e defensor de Luís XVI, ao tratar da Revolução Francesa, se reporta, em seu discurso, à violência e injustiça com que os revolucionários guiaram os novos caminhos da pátria: “Alors commence une lutte où intervint la violence, où la justice disparut devant la force, où se mêlèrent les passions, où bouillonnèrent les vices; le lien social se brisa, et le droit de la guerre sembla régner entre les citoyens d'une même patrie”⁵. É então que o barão expõe a complexidade de dar às novas gerações uma ideia verdadeira e precisa do que tenha sido o evento, ao escrever que “Ceux qui n'ont point assisté aux scènes sanglantes de la Révolution ne savent guère se transporter, par l'imagination, au milieu de tant d'angoisses et de douleurs”⁶. É preciso, antes, que a história seja contada por “um guia esclarecido e seguro”, capaz de oferecer aos olhos do leitor a galeria de fatos que por si só não alcançariam o efeito pretendido. Para o cônego, e aqui ele traduz⁷ um trecho do discurso do barão de Barante,

⁵ “Então começou uma luta em que interveio a violência, em que a justiça sucumbiu à força, em que se misturavam as paixões, em que os vícios borbulhavam; os laços sociais se desfaziam, e as leis da guerra pareciam reinar sobre os cidadãos de uma mesma pátria” (tradução livre). Cf. BARANTE, Le Baron de. Discours de Reception Prononcé a l'Academie Française. In: *Mélanges Historiques et Littéraires*. Tome Troisième. Chez Ladvocat Librairie: Paris, 1835. p. 11.

⁶ “Aqueles que não participaram das cenas sangrentas da Revolução não saberiam se transportar, pela imaginação, a tantas angústias e dores” (tradução livre).

⁷ No cotejamento entre o Discurso do barão de Barante e o Discurso proferido pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, constatamos que o cônego traduz um longo fragmento do discurso do barão sem creditar a passagem traduzida.

A sorte geral da humanidade muito nos interessa, e nossa simpatia mais vivamente se abala quando se nos conta o que fizeram, o que pensaram, o que sofreram, aqueles que nos precederam na cena do mundo: é isso o que falta à nossa imaginação, é isso o que ressuscita, por assim dizer, a vida do passado, e que nos faz ser presentes ao espetáculo animado das gerações sepultadas (BARBOSA, 1839, p. 14).

É importante notar que “ressuscitar a vida do passado” não é uma tarefa a ser executada por qualquer um, para contar “o que fizeram, o que pensaram e o que sofreram” os grandes homens “que nos precederam na cena do mundo” é indispensável o talento e a ilustração daquele que deve dominar a arte de narrar a história. Ao poder “eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria”, o homem de letras tem em suas mãos, por assim dizer, a possibilidade de escolha e modelagem desses “fatos memoráveis”, e uma vez trazendo à luz a vida dos homens ilustres por suas virtudes, para que deles a posteridade tire proveito, assume também a missão de não cindir a arte de narrar da própria prática historiográfica, antes pelo contrário, as duas coisas são tomadas por uma só. O Instituto opera, assim, na formulação de um discurso histórico escrito por aqueles que possuem as luzes necessárias para a construção do conhecimento que deve chegar aos leitores, para que dele os homens de poucas luzes tirem o maior proveito. Não se trata, portanto, de um desejo altruísta de esclarecer ou instruir a população, mas ilustrar significa, aqui, a propagação de um conhecimento deliberadamente formulado por um grupo restrito de homens que assumem para si a tarefa de tomar pela mão e guiar a massa de homens incultos pela “galeria dos fatos”. E os fatos “bem ordenados”, ou o conhecimento indispensável à instrução desses homens, que, ao depender somente deles próprios, se limitaria a uma “mal entendida abstração”, é posto didaticamente em teatro a fim de manter a sua eficácia persuasiva, para que a exposição dos “grandes acontecimentos” “desembaracem a inteligência dos leitores”:

A razão do homem, sempre vagarosa em sua marcha, necessita de um guia esclarecido e seguro, que acelere os seus passos. O talento dos historiadores e dos geógrafos é só quem pode oferecer-nos essa galeria de fatos que, sendo bem ordenados por suas relações de tempo e de lugar, levam-nos a conhecer na antiguidade a fonte de grandes acontecimentos, que muitas vezes se desenvolverão em remoto futuro. A história seria, portanto, incompleta, descoberta e árida, se ocupando

unicamente de resultados gerais, por uma mal entendida abstração, não colocasse os fatos no teatro em que se passaram, para que melhores se apreciem pela confrontação de muitas e poderosas circunstâncias que desembarquem a inteligência dos leitores (BARBOSA, 1839, p. 14).

Nota-se aí um empreendimento intelectual com vistas à formação de um Estado que fundamenta a firmeza de seus alicerces nos “guias esclarecidos e seguros”, aptos a colocarem “os fatos no teatro em que se passaram”. A importância dada ao “talento dos historiadores e geógrafos”, ou do homem cultivado e letrado, que usa a sua instrução e o domínio retórico-poético das letras a favor da glória da nação, é mais que um dado, é um caminho que se abre na tentativa de compreender as ambições dos membros do IHGB em livrar a recém-independente pátria do “intolerante monopólio da administração portuguesa” através desse “ramo de estudo tão necessário à civilização dos povos” (BARBOSA, 1839, p. 17), para que daí então o “Brasil” passasse a figurar no rol das nações cultas e civilizadas.

Por ser um “fecundo seminário de heróis” (BARBOSA, 1839, p. 15), a história é o espaço em que se escrevem, segundo o cônego, “coisas dignas de serem lidas”, ou, ainda, o meio mais eficaz para se determinar as ações dos homens no presente via exposição do passado. Uma das claras funções do Instituto é, portanto, a possibilidade de mostrar aos seus compatriotas a história dos grandes feitos e dos grandes homens a fim de lhes infundir no ânimo a coragem e a determinação para agirem de forma semelhante em uma “patriótica emulação”; é assim que a “história tem um papel de escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros” (KOSELLECK, 2006, p. 42). É nesse sentido que a revista do IHGB, formulada a partir da concepção exemplar da história, abre um espaço em seu interior dedicado às biografias dos grandes homens, que por seu teor exemplar forneceria um modelo de conduta e moralidade à posteridade:

Não duvidamos, senhores, que as melhores lições que os homens podem receber lhes são dadas pela história. Por isso que a virtude é sempre digna da veneração pública, a glória abrilhanta os honrados cidadãos ainda mesmo quando pareçam haver sucumbido aos golpes da inveja e da intriga dos maus; a justiça que a posteridade lhes faz, salvando seus nomes e seus feitos de um injusto esquecimento, é forte estímulo para uma patriótica emulação (BARBOSA, 1839, p. 15).

Para que exista uma “patriótica emulação” desses “honrados cidadãos” é preciso, antes de qualquer coisa, que a pátria os tire da “indigna obscuridade” por meio da galeria dos varões ilustres. É nesse sentido que uma das seções fixas da revista do IHGB era dedicada à “Biografia dos Brasileiros Distintos por Letras, Armas, Virtudes, etc”, em que se oferecia a narrativa da vida daqueles homens que mais se distinguiram na história do país. A seção aparece, pela primeira vez, no segundo número da Revista, em 1839, e é dedicada à vida do poeta José Basílio da Gama. Alguns dos principais biógrafos do IHGB eram, dentre os mais ativos, o próprio cônego Januário da Cunha Barbosa, Francisco Adolfo de Varnhagen, João Manuel Pereira da Silva, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Manuel Duarte Moreira de Azevedo e Ionacio Accioli de Cerqueira e Silva. Mantendo-se ativa até 1901, a seção publicou cerca de 150 biografias.

O relato biográfico atendia, assim, a uma dupla determinação: primeiro, cumprindo a tarefa de trazer à luz a vida dos varões beneméritos que “prezaram pela glória da pátria”, e, segundo, pela possibilidade de, através do exercício de escrita dos seus feitos, promover a fixação da memória desses excelentes homens nos arquivos da posteridade. Como vimos, esta perspectiva foi mencionada pelos letrados do instituto histórico e geográfico desde o momento de formulação de seu projeto inicial de fundação. À luz das regulações enunciadas pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, para que as memórias da pátria fugissem do “injusto esquecimento em que jaziam” era fundamental que se emprestasse então um sentido de imortalidade à história, de modo que ela se tornasse um manancial permanente de experiências valiosas.

É nesse sentido que afirmamos acima que o mote organizador do Instituto para além de “coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil” é também formar a galeria dos homens ilustres, para que a história se torne fonte de exemplaridade não apenas intelectual, mas também moral. E a noção-chave para a formação do panteão brasileiro “será a do grande homem das Luzes, identificado por personificar a excelência do homem comum, letrado, benfeitor da humanidade e, sobretudo, dotado de virtudes excepcionais como servidor do Estado” (OLIVEIRA, 2010, p. 283). A publicação das biografias desses homens pelo Instituto sugere, portanto, que eles encarnam os valores celebrados por essa elite letrada imperial incumbida de delimitar os fatos e os feitos que devem compor a história da pátria:

história enquanto contínua fonte de exemplos, história enquanto arte de narrar vidas dignas de serem emuladas.

“Na vida dos grandes homens aprende-se a conhecer as aplicações da honra, a apreciar a glória e a afrontar os perigos”, escreve o cônego Januário da Cunha Barbosa, “o livro de Plutarco é uma excelente escola, porque oferece em todos os gêneros os mais nobres exemplos de magnanimidade” (BARBOSA, 1839, p. 16). A referência a Plutarco, que aparece no discurso do cônego, é um empréstimo das ideias de outro barão, agora o de Morogues. É curioso que, ao buscar aliar o conhecimento dos homens letrados do Império à tradição de autoridades antigas, o cônego quase nunca se remete aos textos que ele mesmo cita, não parecendo haver, por assim dizer, um apego erudito às fontes, pois Januário da Cunha Barbosa reproduz muitas vezes textos de outrem dentro do seu próprio texto sem qualquer destaque de citação. É, então, a partir desta referência a Plutarco que o cônego e os demais membros do IHGB vão delimitar o modelo de “escrita biográfica” a ser seguido pelos biógrafos brasileiros.

A tradução francesa do *Les vies des hommes illustres de Plutarque* (1735), por Andre Dacier – membro da Academia Real de Inscrições e Belas-Letras, Secretário perpétuo da Academia Francesa e Guarda dos livros do gabinete do Rei – traz um prefácio que recoloca a relevância do gênero histórico da *bios*. O prefácio escrito por Dacier, dedicado a Luís XV, procura legitimar o valor e a autoridade do relato biográfico na constituição das qualidades de um soberano infante que pautará as suas ações pelos modelos de vida dos excelentes homens. Dacier justifica a tradução da obra de Plutarco, em meados do século XVIII, pela possibilidade de dar ao rei francês o modelo de regras e de princípios de virtude a serem por ele emulados:

Vous y trouverez, Sire, les mêmes regles, les mêmes principes que ces Grands Rois ont suivis, et vous y verrez que dans tous les temps c’est la vertu seule qui a fait la véritable grandeur des Princes, et qui la posterité toujours juste, ne rend hommage, ni à leurs richesses, ni à la pompe de leur Cour, ni à l’étendue de leurs Etats, ni à leurs victoires, mais à leur sagesse et à la justice avec laquelle ils ont gouverné les peuples qui leur ont été soumis (DACIER, 1735, p. 10).⁸

⁸ “Tereis, Senhor, as mesmas regras, os mesmos princípios que os Grandes Reis seguiram, e vereis que em todas as vezes é somente a virtude que fará a verdadeira grandeza dos Príncipes, e que a posteridade, sempre justa, não renderá homenagens nem as suas riquezas, nem à pompa da sua Corte, nem à extensão dos seus Estados, nem as suas vitórias, mas à sabedoria e à justiça com a qual governam os pares que lhe são súditos” (tradução livre).

A tradução da obra de Plutarco com dedicatória a Luís XV é exemplo de uma prática comum entre as famílias aristocratas do Antigo Regime. Preparar virtuosamente os seus filhos a fim de que eles se tornassem “reis bons, fortes e eficazes” (HANSEN, 2006, p. 134) significava educá-los a partir de modelos ético-políticos de “príncipes prudentes”. É desta forma que um gênero didático utilizado para este fim era o *espelho de príncipe*, cuja principal característica era “apresentar o elenco completo das virtudes cristãs que permitem o bom governo” (HANSEN, 2006, p. 134). O texto escrito por Dacier é bastante representativo nesse sentido. Traduz e dedica *As vidas dos homens ilustres* a Luís XV, então com 15 anos, para que, de posse das “biografias” desses excelentes homens, o jovem soberano se tornasse o mais “ardente imitador das mais belas e virtuosas vidas”:

Plutarque présente donc ici à V. M. un miroir fidèle. Vous le consulterez, Sire, non pour satisfaire une vaine curiosité, mais pour conformer vos mœurs e vos actions à tout ce qu’il y a de plus beau, de plus louable e de plus digne d’un Roi. Par ce moyen, Sire, vous aurez toutes les grandes qualités de ces Heros, sans avoir aucun de leurs défauts (DACIER, 1735, p. 13).⁹

Toda a dedicatória de Dacier é, portanto, perpassada por esta intenção de dar a Luís XV o “espelho fiel” de heróis antigos que resumisse as qualidades, “as mais belas, as mais louváveis e as mais dignas”, que o rei deveria conformar às suas próprias ações e costumes, bem como os cuidados que deveria tomar para exercer com retidão moral e virtude o seu poder.

Curiosa é a sobrevivência dessa prática simbólica do gênero histórico das biografias no Brasil Imperial. Se na tradição real francesa o gênero *espelho de príncipes* visava a estimular os futuros reis a emularem os grandes homens, no gênero biográfico difundido pelos letrados imperiais do Brasil, as *vidas* dos excelentes homens são destinadas aos seus compatriotas; assim, a um só tempo a biografia tanto instruíra sobre os fatos passados da pátria quanto fornecia os exemplos de modelos virtuosos a serem seguidos. Para os letrados do IHGB, o procedimento de narrar as vidas dos heróis nacionais conduziria, portanto, a dois resultados: tirar da “indigna obscuridade os fatos

⁹ “Plutarco apresenta à Vossa Majestade um espelho fiel. Vós o consultareis, Senhor, não para satisfazer a uma vã curiosidade, mas para conformar a vossa moral e ações a tudo que há de mais belo, de mais louvável e de mais digno de um Rei. Desta forma, Senhor, terás todas as grandes qualidades destes heróis, sem ter nenhum de seus defeitos” (tradução livre).

memoráveis da pátria” e educar os membros da nação por meio dos exemplos virtuosos. São estas as razões pelas quais o discurso biográfico assume destacado lugar nesta “literária associação”, o IHGB.

Dacier, no prefácio que escreve para as *vidas* de Plutarco também expõe um ponto fundamental para esta discussão. O que, para o secretário da academia francesa, delimitará a importância das “biografias” de Plutarco, é que, com a sua arte, ele torna gerais as ações particulares dos grandes homens, isto é, um retrato detalhado do ilustre expondo a sua moral, as suas paixões, enfim, todas as inclinações com as quais realizou as suas ações são postas a nu em uma espécie de alegoria de valor universal sobre as virtudes. O trabalho do biógrafo, portanto, consiste na técnica de extrair de cada exemplo particular a lição universal que encerra e que, ao final, construirá o núcleo da narrativa de uma vida. Segundo Dacier, à verdade da história, Plutarco une as “amenidades e os encantos” que só gêneros como a fábula poderiam fornecer. Em termos práticos, as narrativas das vidas dos grandes homens são verdades históricas animadas por regras prescritas apenas a outros gêneros letrados. Por essas *vidas* que são ao mesmo tempo história e fábula, o gênero histórico da biografia, com larga tradição vinda da autoridade de Plutarco, atualizado na França do século XVIII por Dacier, constitui-se prática pedagógica dirigida por uma espécie de utilidade deleitosa. É, portanto, este o valor das “biografias” de Plutarco: traça o retrato dos homens ilustres através de “enunciados que apresentam em detalhes, que tem a vividez e que põe sob os olhos o que mostram” (HANSEN, 2006, p. 1). Aqui, citamos Dacier: “Tudo é vivo em Plutarco. Não são as suas histórias que são lidas, são estes grandes homens eles mesmos que nos falam”.

E são em boa quantidade, ainda que sem paralelismo, os que tentaram adaptar ao Brasil o modelo plutarquiano de biografia, uma vez que a revista do IHGB não era o único espaço em que se exprimia a veia biográfica de nossos letrados. Outro não menos importante biógrafo oitocentista foi Sebastien Sisson. Escreve, em 1861, que “as biografias dos homens notáveis e eminentes de um país são páginas soltas do grande livro da história dele” (SISSON, 1999). Sisson, de par com a ambição de tornar o Brasil um palco por onde desfilassem homens ilustres dotados de coragem, inteligência e firmeza, também toma para si a responsabilidade de organizar essas “páginas soltas”, compilando a vida desses “homens notáveis” na sua *Galeria dos brasileiros ilustres*.

O texto em questão também nos parece um índice bastante expressivo dessa atividade recorrente entre os letrados oitocentistas: mostrar aos brasileiros os seus compatriotas mais distintos. A *Galeria dos brasileiros ilustres* era uma publicação periódica em que se narrava a história dos brasileiros destacados por seus feitos em prol da nação. Seguindo certa regularidade na construção do texto, Sisson, de maneira semelhante aos biógrafos do IHGB, inicia cada biografia fornecendo os dados mais relevantes do biografado, tais como data e lugar de nascimento, descendência, o que estudou quando jovem, a que se dedicou durante a vida, e, principalmente, as ações que fizeram com que eles se destacassem da massa de anônimos e como essas ações estavam diretamente ligadas ao crescimento e desenvolvimento da pátria.

Para Sisson, a *Galeria* era mais que uma mera compilação de biografias de nomes que gozavam de certa reputação, mas tratava-se da perpetuação da memória dos “heróis nacionais”, o que para Sisson representava uma espécie de disposição natural dos povos em consagrar a gratidão nacional àqueles que lhe prestaram excelentes serviços. No entanto, a abordagem que Sisson faz desses “heróis nacionais” consiste em uma espécie de anacronismo histórico, uma vez que as biografias que ele escreve são de homens nascidos antes do fato histórico da Independência, o que figura a impossibilidade de chamá-los “brasileiros”, porquanto fossem homens nascidos em um território que ainda estava sob a jurisdição do Império Português.

Trata-se de uma peculiaridade da obra de Sisson e dos demais biógrafos do IHGB: incorrem no anacronismo de abasileirar os homens que viviam sob a circunscrição histórica e cultural da América portuguesa, a fim de forjar uma tradição do patriotismo brasileiro, escolhendo narrar a vida dos homens ilustres que tiveram os seus feitos mais significativos no período da Independência, o que nos parece uma tentativa de instaurar o começo do Brasil:

Começando então da época da Independência do Brasil, nós partimos do berço do Império, começamos a nossa marcha ao grito do Ipiranga, e contemplamos ainda vivos muitos dos ilustres cidadãos, que devem enriquecer a nossa galeria, ou sentimos ainda frescas e recentes as recordações daqueles que já desceram ao túmulo (SISSON, 1999, p. 11).

É importante ressaltar que a *Galeria* não visava somente à satisfação patriótica dos contemporâneos, mas, para os letrados oitocentistas, é este um conhecimento que

deve ser preservado para a posteridade, funcionando como uma espécie de incentivo poderoso que “convida os filhos a seguir os exemplos dos pais, e que faz suceder por novos os antigos beneméritos” (SISSON, 1999, p. 10). Há, portanto, um apelo à posteridade, apelo de que se reconheça os nomes ilustres daqueles que prestaram importantes serviços ao Brasil no período em que se deu a Independência e que, por isso mesmo, devem figurar desde já em uma tradição das “principais figuras” que mais se tem distinguido neste “belo Império americano”:

Foi e é nossa ideia bosquejar somente, sob o ponto de vista histórico, a vida e o caráter dos homens que se têm ilustrado no belo Império americano; desenhar as principais figuras, que têm deixado vestígios de sua passagem neste país e em sua cena política desde a Independência até os nossos dias; em uma palavra, apresentar os quadros e a história do Brasil neste período, expondo, a par dos retratos, os feitos dos seus varões que mais se têm distinguido (SISSON, 1999, p. 12).

Mas não é tudo. Sob a mesma fórmula do texto biográfico dos letrados do IHGB e de Sisson existem outros tantos. Em 1847, por exemplo, João Manuel Pereira da Silva, político e romancista, publica *O Plutarco Brasileiro*, que é revisto e ampliado em 1858 sob o título *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*. No prefácio de *Plutarco brasileiro*, João Manuel Pereira da Silva escreve:

O Plutarco Brasileiro é a história do Brasil em algumas épocas; o autor preferiu adotar a fórmula biográfica, por lhe parecer que narrando a história dos homens ilustres do seu país conjuntamente com as dos grandes sucessos, que tiveram lugar durante suas vidas, mais agradava a seus leitores, e mais folgas lhe dava à sua atenção: a novidade da obra parece-lhe motivo suficiente para merecer a indulgência do público (PEREIRA DA SILVA, 1847, p. 9).

Embora os primeiros textos que adotaram a “fórmula biográfica” vinham sendo publicados pela revista do IHGB desde 1839, Pereira da Silva chama a atenção para a “novidade” da sua obra biográfica e que, por isso mesmo, lhe parece motivo para merecer a “indulgência do público”. A despeito da suposta novidade de suas biografias, Pereira da Silva também nos permite conhecer o gosto do público pelo texto biográfico como maneira eficaz de ter acesso à história da pátria via história individual.

Outra obra de semelhante fórmula é o livro *Brasileiras Célebres*, publicado em 1862, de Joaquim Norberto de Souza Silva, para quem “pode-se avaliar a civilização de

um povo pela atenção, decência, consideração com que as mulheres são educadas, tratadas e protegidas”, apresentando, assim, a “galeria das senhoras brasileiras dignas da celebridade, não só pelos seus talentos e virtudes como até pelos seus feitos guerreiros e cujos vultos esboçados poeticamente tornam-se dignos de tanta honra”. É reafirmado aqui o caráter pedagógico das obras biográficas que louvam o “sexo amável e encantador que tanta honra dá ao país”, uma vez que, ainda no prefácio, Souza Silva sugere a leitura do seu livro nas escolas, podendo servir ainda de “mimos e prêmios” que se “oferecem às senhoras brasileiras”, não esquecendo, contudo, de reafirmar que o seu intento só foi levado a cabo graças ao “amor da pátria, tendo por culto a verdade e por único livro o Brasil!” (SILVA, 1862, p. 9).

Na mesma esteira de produção biográfica, Joaquim Manuel de Macedo, a pedido da Comissão Superior de Exposição Nacional, escreve, em 1876, o *Ano Biográfico Brasileiro*, que era uma espécie de calendário, organizado de 1º de janeiro a 31 de dezembro, em que se narrava a cada dia do ano a vida de um brasileiro célebre. A título de exemplo, citamos ainda o *Panteão fluminense: esboços biográficos*, de Presalindo de Lery Santos, publicado em 1880 e o *Dicionário biográfico de brasileiros célebres nas letras, artes, política, filantropia, guerra, diplomacia, indústria, ciências e caridade*, publicado em 1871: trata-se de uma série de 103 biografias compiladas por Manuel Francisco Dias da Silva.

O apreço pela escrita biográfica tinha o seu principal espaço de circulação nos periódicos, nos jornais e nas revistas, no entanto, não demorou que o apelo à escrita de uma “história geral do Brasil” mantendo a relação com o discurso biográfico desse os seus primeiros frutos: tendo como ponto de partida também a vida e os feitos dos excelentes homens, Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, no prólogo do seu livro *História Geral do Brasil*, para justificar a necessidade de se escrever uma história pátria, escreve:

Nada excita tanto o esforço do homem para o bem como a recordação das nobres ações dos seus maiores... O zelo de sufragar a virtude dos pais é já nos filhos um princípio de virtude. Suprima-se às nações o conhecimento do seu passado e teremos a humanidade sempre no berço da infância (VARNHAGEN, 1850, p. 13).

Se a maioria de uma nação procede do testemunho das “nobres ações dos seus maiores” é fundamental, portanto, que na história de uma pátria figurem somente os homens que sejam dignos de emulação, “procurando sempre escrever antes um livro útil e próprio a estimular o trabalho e a prática das boas ações, do que puramente ameno e destinado à simples distração” (VARNHAGEN, 1850, p. 17). A finalidade do discurso histórico para os letrados do IHGB, portanto, está clara: escreve-se um livro de história para escrever “um livro útil e próprio a estimular o trabalho e a prática das boas ações”, escreve-se história obedecendo sempre ao critério de reger o espírito público nacional. É nessa perspectiva que, no discurso histórico, *tradição e tempo presente* se fundem numa espécie de sistema de delimitação de ações, em que a moralidade, os valores e o trabalho desses “varões beneméritos” terão a função de circunscrever e nortear as ações de seus herdeiros, dando, assim, uma dimensão ética e moralizante à história em sua estreita relação com o discurso biográfico.

Referências

- BARANTE, Le Baron de. Discours de Reception Prononcé a l’Academie Française. In: *Mélanges Historiques et Littéraires*. Tome Troisième. Chez Ladvocat Librairie: Paris, 1835.
- BARBOSA, J. C. *Discurso do Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto*. Revista do IHGB, Tomo I, 1839.
- GUIMARÃES, M. L. S. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Caminhos da Historiografia*. Vol I. Rio de Janeiro, 1988.
- HANSEN, J. A. *Educando Príncipes no Espelho*. Floema Especial. Ano II, 2006.
- _____. *As categorias epidíticas da ekphrasis*. Revista USP, n. 71, 2006.
- KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- OLIVEIRA, M. G. *Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850)*. História, São Paulo, v. 26, n. 1, 2007.

_____. *Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista*. Varia História, v. 26, n. 43, 2010.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. *O Plutarco Brasileiro*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1847.

PLUTARQUE. *Les vies des hommes illustres de Plutarque*, Traduites en françois, avec des remarques historiques et critiques, nouvelle édition, revue, corrigée, et augmentée de plusieurs Notes; & d'un Tome Neuvième. Par Mr. DACIER, de l'Académie Royale des Inscriptions & Belles Lettres, Secrétaire perpétuel de l'Académie Française, Garde de Livres du Cabinet du Roi. Chez Zacharie Chatelain: Paris, 1735.

SCHWARCZ, L. M. *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989.

SILVA, J. N. S. *Brasileiras Célebres*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.

SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.

HISTORIA MAGISTRA VITAE: LITERATE OF THE EMPIRE AND THE NATIONAL HISTORY

ABSTRACT

This paper aims to discuss relations that were established between the writing of national history and the biographical writing in nineteenth-century Brazil. Looking for references of nineteenth-century scholars redefined the problem of the appropriation those men of the letters made of tradition, since names like Cicero and Plutarch appear as a parameter of literate production when establishing a historical knowledge about a homeland. Therefore, this work looks at to the possibility of linking two elements - history and biography - which together conform to demands of nineteenth-century scholars in writing national history.

Keywords: history, biography, history and geography brazilian institute.

Recebido em 25/10/2015.

Aprovado em 13/12/2015.